

## APORTES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

**João Paulo Siqueira Carvalho,  
Glauber Lopes Xavier**

1 Graduando do curso de Ciências Econômicas do Campus Anápolis de CSEH/UEG.  
2 Doutor em Sociologia pela UFG e Docente da Universidade Estadual de Goiás.

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de formação da economia brasileira, a forma da ocupação do território brasileiro, levada a cabo pela colonização europeia, principalmente pelos portugueses, provocou heranças coloniais mesmo com a independência do país. Essas heranças têm uma relação direta com a natureza das relações de trabalho no campo. A concentração de terra é característica da economia brasileira desde o período colonial, deixando em segundo plano o mercado interno, o qual é fundamental para o desenvolvimento do país. As grandes plantações de café, cana-de-açúcar, criação de gado são atividades que necessitam de grande extensão territorial para terem lucratividade, como consequência disso optou-se por essas atividades por parte dos grandes proprietários de terra. A forma de trabalho empregado nessas grandes propriedades eram o escravo, basicamente o escravo africano, traficando nas navegações portuguesas.

**Palavras-chave:** Latifúndio, Monocultura, Trabalho escravo, Ocupação territorial.

### Introdução

O trabalho procura entender a questão da ocupação do território brasileiro, seus fundamentos e a discussão baseados nas obras de Celso Furtado, Caio Prado Jr e Emília Viotti da Costa. Dessa forma propõe uma análise temporal do período da colonização, as atividades predominantes no período colonial, o fim do pacto colonial, focando em determinantes como a abolição da escravatura. Buscando entender como as heranças coloniais tiveram impacto na formação cultural e econômica do país. A concentração de terras favorece a monocultura que é praticada desde o país colônia o que acarretou, portanto, em deixar em segundo plano a modernização do mercado interno, que favorece o desenvolvimento econômico do país, além da interferência de Portugal dentro do mercado interno, que atuaram na determinação econômica, social e cultura do Brasil.

### Referencial Teórico

Com o declínio do feudalismo e a ascensão do sistema econômico comercial, a Europa no início do século XV iniciou as primeiras navegações. Portugal, por sua condição geográfica privilegiada, foi o primeiro país a enfrentar o oceano. Portugal empreendeu fortes vínculos comerciais com os países asiáticos e da costa africana, assim como a Espanha. Esse processo resultou na supremacia da economia portuguesa, tornando-a “uma grande potência colonial”. (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 16). A priori, o objetivo era o estreitamento dos laços comerciais com a China, a Índia, dentre outros países. Contudo, com a descoberta do continente Americano, em 1492, tanto Espanha quanto Portugal irão se embrenhar na

ocupação e extração das riquezas disponíveis nos territórios recém descobertos (PRADO, 1980).

A primeira atividade de extração surgiu com o interesse de viajantes portugueses e espanhóis, que encontraram o pau-brasil, de onde se extraía um corante empregado na tinturaria. Porém, com o tratado de Tordesilhas em 1494, a Espanha deixou de atuar na extração. O que não ocorreu com os franceses, que não reconheciam o território americano com exclusividade dos portugueses e espanhóis, e começaram também a traficar a madeira. O tráfico do pau-brasil ficou a disputa dos portugueses e franceses, o que sempre ocasionava brigas por armas (PRADO, 1980).

A exploração do pau-brasil não se perpetuou por muito tempo na colônia portuguesa, quando esgotado a madeira brasileira aumentaram as dificuldade de sua exploração e consequentemente foi perdido o interesse dos exploradores, com isso as exportações ocorreram de forma esporádica, e se extinguiu no início do século XIX (PRADO, 1980).

Em meados do século XVI, Portugal se deparou com a condição de que os direitos dados pelo papa não seriam o suficiente para garantir sua autonomia, e os interesses pelo território partiram para uma questão política. Os países Europeus que dispunham de maior volume comercial, como Holanda, Inglaterra e sobretudo a França contestam o direito de apenas Portugal e Espanha se aproveitarem das novas terras. Os franceses organizaram uma expedição que para se juntarem a Espanha e Portugal na ocupação, o que causou muitos conflitos entre os envolvidos (PRADO, 1980).

Nesse processo Portugal entendeu que para garantir a autonomia teria que ocupar o território, almejava como os outros países Europeus o ouro que se acreditava contém no interior da colônia. Parti daí a ocupação do continente Americano, no decurso do século XVI. No caso brasileiro, em particular, foi estabelecida uma dinâmica própria de administração da colônia, assentada no exclusivo colonial metropolitano e no trabalho compulsório. Dadas as condições climáticas e de solo favoráveis, além do grande valor comercial no período que existia na Europa, optou-se pelo cultivo da cana-de-açúcar, se estabeleceu a empresa colonial canavieira, sendo que esta se apresentava extremamente oportuna no tocante ao desígnio da metrópole de ocupação e defesa do território que se apresentava sob constantes ameaças. Assim, conforme Caio Prado Jr (PRADO JÚNIOR, 1942), a economia colonial se sustentou no tripé trabalho escravo, monocultura e grande propriedade. A mão-de-obra inicialmente pensado foi a indígena, porém este se mostrou ineficiente no trabalho, além de não se adequar

ao modo de trabalho não engenheiros, por serem povos nômades. Com os problemas advindos da mão-de-obra indígena, procurou-se os escravos africanos (PRADO, 1980).

Com o fim do monopólio português advindo da abertura da concorrência nas Antilhas, o preço do açúcar reduziu-se e continuou de forma decrescente no decorrer do século XVII E XVIII. O ápice da indústria açucareira chegou ao fim, e os lucros extraordinários do período anterior não se perpetuava nas colônias portuguesas (FURTADO, 1961).

Há uma modificação estrutural em Portugal com a descoberta das jazidas de mineiros em princípios do século XVIII. A primeira mina de grande significância estava na atual cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais. O ouro para Portugal possuía apenas o um caráter fictício, de falsa riqueza. E servia para o país lusitano apenas para satisfazer os desejos de um Rei esbanjador e de seus bajuladores. No decurso da descoberta de novas minas, houve o aumento populacional e de concentração geográfica, aumentou a relações comerciais dentro do território, considerando o aumento da demanda dentro da colônia. A atividade de extração dos minérios tiveram seu ápice em meados do século XVIII. O fim da era do ouro ocorre nos últimos decênios do século XVIII, de forma precoce, principalmente pela ineficiência técnica na colônia e o pouco interesse português em investir dentro do território colonial. (PRADO, 1942; FURTADO, 1961).

No início do século XIX a coroa portuguesa se transfere para o território brasileiro, o que foi determinante para abertura dos portos comerciais brasileiros, que até então ficavam a cargo da metrópole portuguesa, sua chegada foi determinante para a crise do sistema colonial. O declínio da era colonial ocorreu com o desenvolvimento do mercado industrial e a expansão do comércio. Tornou inoperante a estrutura colonial. Os monopólios e privilégios, que garantiram por muito tempo o lucro da coroa e dos mercadores perdem espaço no novo sistema industrial e apenas o livre comércio garantia o desenvolvimento e a satisfação dos novos grupos criados no período. As bases de comerciais e da coroa são ultrapassadas pelo novo capitalismo industrial, e um novo pensamento crítico surge tanto no pensamento internacional quanto nos colonos que estavam insatisfeitos com a atuação mediadora da coroa, que usavam de poder para garantir monopólio e privilégios impedindo o desenvolvimento interno. Se torna mais ininterrupta com os ganhos do ouro e desenvolvimento do mercado interno a partir dos lucros do ouro. Os colonos começam a identificar os interesses da coroa como os interesses da metrópole, criando um sentimento de anticolonialismo, originando

brigas entre os colonos e os portugueses, estava dada a largada para o fim da era colonial (COSTA, 1998).

Houve a tentativa de se instaurar entre o Brasil e Portugal uma monarquia dual, que constituiria uma sede no Brasil e outra em Portugal. Porém não obteve sucesso e D. Pedro proclamou a independência dia 7 de setembro de 1922, rompendo definitivamente com a era colonial (COSTA, 1998).

Com o esgotamento das minas de ouro ocorreu a retomada da agricultura na colônia portuguesa. Novamente o principal foco foi a cana-de-açúcar. Com o desenvolvimento técnico do século XVIII, ocorreu a criação de uma nova matéria-prima, que se tornou na época a principal para a produção industrial: o algodão. Dai originou-se nos latifundiários da colônia portuguesa grande interesse, e graças a um vasto terreno ainda virgem iniciou a plantação do algodão, que se equiparou a plantação da cana-de-açúcar (PRADO, 1942).

Porém ocorreu uma nova crise do açúcar pela queda da demanda dos países europeus e dos norte-americanos, pois encontraram uma nova forma de produção do açúcar, a beterraba, o que fez com que o preço do açúcar caísse drasticamente. Assim passaram de consumidores para produtores, o que afetou a produção dos brasileiros. O mesmo ocorreu com as outras produções de maior expressão no Norte, como a do algodão. O que causou uma crise substancial nos senhores de terras, que viam no açúcar e o algodão a principal forma de produção (PRADO, 1942).

Dissemina-se uma nova demanda pelos países Europeus e dos norte-americanos, este foi o café, ocupava um papel de pouca importância na produção brasileiro. Mais no decurso do século XIX ganha importância na produção dos senhores de terras, tornando um produto de grande expressão comercial. O café assim como o açúcar ganhou terreno rapidamente no Brasil, a produção teve grande aumento, mesmo com as peculiaridades existentes no café. Diferente do açúcar o café tinha algumas diversidades, pois se tratava de uma planta muito delicada, além de que sua produção carecia de pelo menos 4 anos de crescimento, e havia muita sensibilidade tanto em relação ao solo quanto a temperatura. Sendo na parcela sul do país onde encontra as condições favoráveis para sua plantação, deixando a parcela norte em uma situação estacionária. Juntamente a isso a emigração para o sul dos colonos e escravos (PRADO, 1942).

O trabalho servil se depara com uma crise. Deveria ser a atuação do escravo o determinante para o fim do trabalho servil, porém isso não ocorreu com grande expressão no

Brasil. O escravo brasileiro possuía baixo nível cultural, e mesmo aquelas que já detinham algum conhecimento não foram suficientes para engendrar em revoltas significativas. A abolição do tráfico negreiro ocorreu mediante aos interesses dos novos grupos capitalistas industriais, que viam na escravidão uma peculiaridade indevida para o novo modo de consumo, que se propagava na larga produção (PRADO, 1942).

### **Metodologia**

O trabalho possui o método materialismo histórico-dialético, o qual privilegia as contradições históricas, o conflito de classes. Portanto, as bases materiais de existência.

A pesquisa requer em primeiro lugar o levantamento bibliográfico sobre o estudo em questão, para informações de como se encontra atualmente o problema, e quais as opiniões acerca do assunto.

### **Conclusão**

O modo de colonização dos portugueses no território brasileiro calcado no latifúndio, monocultura e trabalho escravo influenciou diretamente a formação do Brasil. Prova disso ocorreu mesmo quando ocorreu a independência, e os poderes políticos passaram para a única classe social detentora de poder, os senhores das terras, que continuaram a atuar mediante ao tripé do trabalho compulsório, monocultura e latifúndio.

As atividades de maior expressão comercial no período colonial e de independência continuaram a se concentrar na produção de produtos tropicais para as demandas internacionais. Sobretudo a Europa e em um segundo momento aos norte-americanos.

### **Referências**

- CAIO PRADO, jr. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense s.a., 1980.  
FURTADO, celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora fundo de cultura s.a., 1961.  
COSTA, Emília viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.